

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE PARA DISCUSSÃO DOS PROJETOS: PLO 28/2026, PLO Nº 29/2026, PLO Nº 30/2026, e PLO Nº 31/2026. Em 19 (dezenove) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 18 horas, temporariamente na Associação Ibitingense Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ibitinga - Crea (Rua Antônio Casemiro, nº 45 – Bairro Petrópolis - Ibitinga/SP, foi realizada a Audiência Pública para a discussão dos seguintes Projetos: **Projeto de Lei Ordinária nº 28/2026** que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS, aprovado pela Lei Municipal nº 5.880, de 12 de dezembro de 2025, destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária nº 29/2026** que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS, aprovados pela Lei Municipal nº 5.880, de 12 de dezembro de 2025, destinados às ações e serviços decorrentes da Atenção Básica, e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária nº 30/2026** que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 5.880, de 12 de dezembro de 2025, destinado à aquisição de um caminhão basculante, e dá outras providências; e **Projeto de Lei Ordinária nº 31/2026** que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 5.880, de 12 de dezembro de 2025, destinado à elaboração de projeto de contenção de erosão, e dá outras providências. Aberta a audiência o Presidente da Comissão, o Vereador Ricardo Prado, informou que a audiência está sendo gravada e transmitida pelo Facebook oficial da Casa e que será lavrada a ata junto a esta Comissão. Após, registrou a presença dos seguintes vereadores: Presidente da Câmara - Vereador Antônio Esmael Alves de Mira; Vice-Presidente da Comissão de Orçamento - Vereador César Diego Sandoval Mas Urtado e Vereador José Aparecido da Rocha. Registrou ainda a presença das seguintes autoridades e servidores: Secretária de Assuntos Jurídicos - Dra. Thaís Helena Fonseca Aranas Fiorentino; Secretário de Obras Públicas - senhor Henrique Faustino do Nascimento Silva; Secretário Municipal de Finanças - senhor Maurício Rodrigues Mergulhão; Secretário Municipal de Recursos Humanos - Dr. Sérgio da Fonseca Júnior; Gestora do SAMS - senhora Queila Teruel Pavani; Contador do SAMS - senhor Fernando Nicolau; Diretora Financeira da Câmara Municipal - senhora Fátima Aparecida Johansen; e o Diretor de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal - senhor Lilson Aparecido Chinelato Matioli. Foi justificada a ausência do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, senhor Claudinei Aparecido de Jesus Rezador, por compromissos em outra localidade. Na sequência, passou-se à leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 28/2026 pelo Vice-Presidente da Comissão. Aberta a palavra para discussão desse projeto, o Presidente da Comissão perguntou se o dinheiro que se trata no projeto veio especificamente para compra de algum equipamento ou será escolhido a aquisição. A Gestora do SAMS respondeu que é um valor que o Governo Federal disponibiliza para saúde e que há uma plataforma onde é escolhido o que pode ser adquirido, sendo escolhido itens a serem adquiridos para estruturação de nova unidade no Jardim Planalto Paraíso, ficando de enviar a relação desses itens a Comissão. O Vereador José Rocha usou da palavra para perguntar se os equipamentos atende às demandas já mapeadas pela Secretaria de Saúde, a previsão de manutenção e capacitação para o uso dos novos equipamentos e qual o impacto direto no atendimento da saúde. Sendo respondido pela Gestora que foi iniciada toda a documentação necessária, no final do mês será instalada a placa do ministério e chegando a verba se inicia a construção, vindo o valor total da obra a qual tem previsão de conclusão de nove meses. O Diretor da Prefeitura usou da palavra para falar que os recursos do Governo Federal são liberados de uma única vez, mas há casos que são liberados a cada medição, ficando mais morosa a obra. Prosseguindo, passou-se à análise do Projeto de Lei Ordinária nº 29/2026, sendo a realizada a leitura pelo Vice-Presidente da Comissão. O Presidente da Comissão perguntou se o dinheiro referido no projeto veio especificamente para compra de algum equipamento ou será escolhido a aquisição de algo pelo SAMS. Sendo respondido pela Gestora que o valor foi indicado pelo Governador do Estado e sendo as maiores demandas da Autarquia os medicamentos e o combustível esse valor foi dividido para essas finalidades, sendo esse valor gasto dentro de um mês. O Vereador

José perguntou sobre como funciona a licitação dos medicamentos, sendo respondido pela gestora que é realizada no ano para o ano subsequente, mas que há a ajuda com alguns medicamentos do Governo Federal e Estadual. O Vereador sugeriu que o SAMS envie a relação dos medicamentos e empresas que são licitadas. O Presidente da Comissão se disponibilizou em fazer esse ofício solicitando essas informações ao SAMS. Neste momento foi registrado a presença do Secretário da Comissão, o Vereador José Nilson Viana. Após, passou para a leitura e explanação do Projeto de Lei Ordinária nº 30/2026. O Presidente da Comissão disse que se trata de valor do Governo Federal para aquisição de caminhão basculante, mas que terá uma contrapartida do município. O senhor Diretor confirmou e disse que esse caminhão irá para a Secretaria de Meio Ambiente. O Presidente perguntou sobre o processo de compra, sendo respondido pelo Diretor que precisa abrir o processo licitatório para cair o recurso na conta e fazer a contrapartida. O Vereador José Rocha perguntou sobre o uso desse caminhão, sendo respondido pelo Diretor que será utilizado para diversos trabalhos junto a Secretaria de Meio Ambiente e que se necessário poderá ser utilizado em outras pastas. O Vereador perguntou sobre o caminhão munck que foi adquirido pelo município, sendo respondido pelo Diretor que está sendo utilizados os recursos da CIP para fazer a compra, onde será entregue em abril. O Vereador José perguntou devido ao uso da CIP para tal aquisição como fica a iluminação e troca de lâmpadas dos logradouros, sendo respondido pelo Diretor que esse serviço é de incumbência da CPFL. O senhor Maurício falou que os postes da iluminação pública é de responsabilidade da CPFL e qualquer pessoa pode reclamar junto a CPFL. O Vereador questionou sobre o caminhão munck desaparecido, sendo abordado pelo Presidente da Comissão que trata de assunto importante e que será elaborado requerimento ao Executivo sobre o assunto. Após, passou-se à análise do Projeto de Lei Ordinária nº 31/2026, iniciando com a leitura. O Presidente perguntou sobre a finalidade do recurso, sendo respondido pela Dr^a Thaís que mencionou o ofício do MP sobre a aprovação do PLO nº 131/2024 e sobre o assoreamento das obras do Córrego Marimbondo e que solicitou vista desse inquérito descobrindo um TAC onde a Prefeitura ficou de executar as obras até 15 de janeiro de 2025, mas que não tinha projeto e nem licitação e pediram ajuda para a FEHIDRO chegando esse convênio em 25 de agosto passado e em outubro foi feito aditamento. O Secretário de Obras disse que o local a ser utilizado o valor fica próximo ao Marco Auto Posto, havendo erosões gigantescas não tendo capacidade de fazer um projeto desse tamanho, principalmente para recuperação de nascentes e que não é um projeto simples, por isso o custo de meio milhão do projeto e que em agosto contemplou o município sendo realizada a assinatura, mas houve a necessidade de fazer vários orçamentos atuais e com a documentação pronta para licitar a obra terá o prazo de seis meses para ficar pronta e que esse projeto vai contemplar um projeto executado, projeto de recuperação de nascente e um projeto orçamentário, não havendo uma ideia do montando a ser gasto e por isso está sendo feito primeiro a licitação do projeto. O Presidente da Comissão ressaltou que é necessário fazer também um projeto sobre as águas que escoam do Bairro Nações Unidas e solicitou cópia desse projeto da FEHIDRO para que a Casa possa acompanhar. O Vereador José questionou sobre o prazo devido ao TAC e o valor da obra se o município conseguirá o valor total. A Dr^a Thaís disse que foi estipulada uma data e caso necessário será solicitado uma prorrogação por questões orçamentárias. O Diretor disse que precisa do projeto para que seja analisada a viabilidade da concessão de recurso e que a FEHIDRO disponibiliza recursos conforme o andamento das etapas do projeto. O Presidente da Comissão perguntou sobre a divergência dos valores constantes no projeto e no contrato do financiamento e sugeriu emenda para correção. Encerradas as discussões e não havendo mais questionamentos por parte dos vereadores ou do público, o Presidente informou que a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade emitirá os respectivos pareceres dentro do trâmite regimental. Nada mais havendo a tratar encerra-se esta audiência pública. Esta Ata foi lavrada por mim, Vereador José Nilson Viana, Secretário da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que após ser lida e aprovada vai assinada pelos demais membros presentes. Ibitinga, em 19 de março de 2026.

Presidente – Vereador Adão Ricardo Vieira do Prado _____

Vice-Presidente - Vereador César Diego Sandoval Mas Urtado _____

Secretário – Vereador José Nilson Viana _____